

CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS PARA A ANÁLISE DO  
INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO  
*CONTRIBUTIONS OF INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES  
FOR THE ANALYSIS OF FOREIGN DIRECT INVESTMENT*

*Ana Tereza Lopes Marra de Sousa<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é oferecer algumas “lentes” teóricas, fundamentadas em algumas teorias das Relações Internacionais, através das quais se possa interpretar o desenvolvimento da internacionalização de empresas com foco no desenvolvimento do Investimento Direto Externo (IDE). Em um contexto em que a internacionalização das empresas dos países emergentes, com destaque para o Brasil, tem sido crescente, e em que os cursos de graduação em Relações Internacionais (RI) têm se expandido, gerando profissionais com capacidade para atuar no setor empresarial, é importante perceber como o assunto pode ser abordado utilizando aqueles que são considerados tradicionalmente os principais enfoques das teorias de RI: o realismo, o liberalismo e o marxismo. Investigaremos se o fato de as teorias das RI terem como objeto central de análise o Estado e suas interações, limita a utilização delas para as reflexões sobre a internacionalização de empresas e o IDE. A partir disso, buscaremos refletir também sobre as possibilidades e limites da utilização dessas teorias de RI para a análise do tema proposto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internacionalização de empresas. Teoria das Relações Internacionais. Investimento Direto Externo. Economia Política Internacional.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to provide some theoretical “lense”, based on some theories of International Relations, through which one can interpret the development of internationalization of companies focused on the development of Foreign Direct Investment (FDI). In a context in which the internationalization of firms from emerging countries, especially Brazil, has been growing, and in which undergraduate courses in International Relations have expanded, creating professionals with the ability to work in the business sector, it is important to realize how the matter can be addressed using those traditionally considered the main approaches of IR theories: realism, liberalism and Marxism. We intended also investigate whether the fact that the theories of IR have as a central object of analysis the state and their interactions, limits the use of them for reflections on internationalization of firms and FDI. From this we also seek to reflect on the possibilities and limits of the use of these theories of IR for the theme.

**KEYWORDS:** Internationalization of firms. International Relations Theory. Foreign Direct Investment. International Political Economy.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é oferecer algumas “lentes” teóricas, fundamentadas em algumas teorias das Relações Internacionais, através das quais se possa interpretar o desenvolvimento da internacionalização de empresas com foco no desenvolvimento do Investimento Direto Externo (IDE).

<sup>1</sup> Aluna de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, mestre em Ciências Sociais e graduada em Relações Internacionais pela UNESP de Marília, contato: anateresa\_lms@yahoo.com.br. Este artigo foi elaborado durante o mestrado, mas melhor lapidado na disciplina de “Teoria das Relações Internacionais” oferecida no meu doutorado.

A internacionalização de empresas ocorre quando uma empresa internacionaliza sua produção. Uma das formas pelas quais ela pode fazer isso é via IDE. O IDE acontece sempre que um “agente econômico estrangeiro atua dentro da economia nacional por meio de subsidiárias ou filiais” (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004, p. 153). A motivação básica por detrás dele é a busca do lucro. (CHESNAIS, 1996, WILLIANSOM, 1975, ERNST; OSAWA, 2002). Por meio do IDE as empresas buscam transpor barreiras de transação, aproveitarem-se das imperfeições do mercado para criar hierarquias próprias de atuação, eliminar a concorrência e dominar a internalização e a concentração dos mercados a nível internacional, angariando mais ganhos. (CHESNAIS, 1996; WILLIANSOM, 1975; ERNST; OSAWA, 2002; LABINI, 1984).

Em uma visão baseada nas teorias tradicionais da área de Negócios Internacionais (NI) consideram-se como motivações microeconômicas para a realização do IDE: i) a busca de mercados (*market-seeking*), recursos (*resource-seeking*), ativos estratégicos (*strategic-assets seeking*) e eficiência (*efficiency-seeking*) (DUNNING, 1988, 1995), considerando que uma empresa se internacionaliza tanto para explorar uma vantagem que possui (DUNNING, 1988; HYMER, 1978) como para buscar alguma que não tem (CHILD, RODRIGUES, 2005) e; ii) a diminuição da distância psíquica entre os mercados como fator que facilita o IDE<sup>2</sup>.

Como argumenta Guedes (2007), o estudo da internacionalização de empresas e, portanto, do IDE, deve ser um estudo multi e interdisciplinar. O tema da internacionalização de empresas comporta diversos enfoques: economia industrial, gestão, planejamento, marketing internacional, finanças, recursos humanos, ciência política, relações internacionais, etc, e pode ainda mesclar análises originadas de diferentes campos do conhecimento. A multiplicidade de estudos sobre a internacionalização de empresas originados em diferentes áreas acadêmicas comprova esse fato.

Neste trabalho, é nosso propósito verificar como a internacionalização de empresas, e especialmente o IDE, poderiam ser analisados a partir das teorias de Relações Internacionais (RI). Em um contexto em que a internacionalização das empresas dos países emergentes, com destaque para o Brasil, tem sido crescente, e em que os cursos de graduação em Relações Internacionais têm se expandido, gerando profissionais com capacidade para atuar no setor empresarial, é importante perceber como o assunto pode ser abordado utilizando aqueles que são considerados tradicionalmente os principais enfoques das teorias de RI: o realismo, o liberalismo e o marxismo. Investigaremos se o fato de as teorias das RI terem como objeto central de análise o Estado e suas interações, limita a utilização delas para as reflexões sobre a internacionalização de empresas

<sup>2</sup> A distância psíquica é definida “como a soma de fatores que impedem o fluxo de informação do e para o mercado” (JOHANSON; VAHLNE, 1977, p.24), quando há semelhança institucional e cultural entre os países, ou mesmo quando a empresa possui contatos nos países hospedeiros capazes de minimizar a distância psíquica a internacionalização é facilitada.

e o IDE. A partir disso, buscaremos refletir também sobre as possibilidades e limites da utilização dessas teorias de RI para o tema proposto.

Para compreender quais seriam as visões dessas teorias sobre a internacionalização de empresas e o IDE, recorreremos à realização de uma revisão bibliográfica, a partir da qual apresentamos como essas teorias poderiam abordar o tema proposto. Estamos cientes de que talvez esse possa não ser o melhor caminho<sup>3</sup>, mas o modo proposto constitui-se num ponto de partida.

O trabalho está organizado do seguinte modo: na segunda seção, apresentamos introdutória e brevemente o surgimento das Relações Internacionais enquanto disciplina e a evolução dos estudos sobre a internacionalização de empresas; na terceira, apresentamos o que consideramos ser a visão realista sobre o IDE; na quarta, apresentamos a visão liberal e; na quinta, a marxista. Na sexta seção, apresentamos nossas considerações finais.

## 2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

As relações internacionais, enquanto objeto de estudos, sempre foram apreciadas para análise. Os mais diversos temas (como a guerra, as relações comerciais entre diferentes regiões do globo, as relações culturais, etc) desde as mais remotas épocas têm sido pensados por uma variedade de autores que apresentam contribuições distintas para o estudo do internacional.

As Relações Internacionais, enquanto disciplina acadêmica, no entanto, tiveram o seu surgimento só com o fim da 1ª guerra mundial. Como afirma Gonçalves (sd), a disciplina nasce com o objetivo de pensar a guerra (como evitá-la) e a paz (como construí-la). A ideia era integrar análises de diversos campos (direito, história, economia, ciência política, etc) com a finalidade de produzir um corpo de conhecimentos que pudesse explicar o internacional de forma mais holística.

No desenvolvimento da disciplina durante o século XX, seguindo o próprio objetivo de sua construção – de pensar a paz e a guerra – o objeto de análise mais privilegiado foi o Estado e as temáticas mais relevantes estiveram relacionadas à estratégia, defesa e segurança. Os eixos analíticos da disciplina só começaram a ser alterados a partir da década de 1970 com o surgimento de abordagens teóricas que passaram a privilegiar outros atores e temáticas. Keohane, Krasner e Katzenstein (1998) enfatizam o ressurgimento da área de Economia Política Internacional (EPI) a partir das décadas de 1960 e 1970 como um importante passo na evolução dos estudos de Relações In-

<sup>3</sup> Outro caminho seria compilar algumas (poucas, senão a análise poderia ficar inviável) obras específicas e apresentar a opinião particular de cada autor. Esse caminho, no entanto, pode dificultar fazer a relação da obra com os aspectos mais gerais abordados pelas teorias de Relações Internacionais.

ternacionais. Destacam-se também as abordagens focadas na interdependência, a partir de Nye e Keohane (2001), e a recuperação de perspectivas marxistas como fatores que contribuíram para uma maior pluralidade teórica. Isso tudo abriu espaço para que a reflexão sobre as relações internacionais pudesse incluir novos fenômenos que antes não eram considerados como objetos de estudo.

No caso do estudo da internacionalização de empresas, até a década de 1960, o mesmo estava associado de forma majoritária à área de economia e finanças. A interpretação era de que as empresas se internacionalizavam buscando: i) uma melhor remuneração para o capital, nesse caso a teoria que amparava a escolha era a do Portfólio; ou/e ii) explorar as vantagens comparativas dos países. Na década de 1970, no entanto, começaram a surgir novos estudos que desafiaram essas interpretações.

Esses novos estudos não negaram a importância da teoria do portfólio ou das vantagens comparativas para explicar a internacionalização de empresas, mas trataram de definir as suas limitações e propor novas formas para entender o fenômeno. Hymer (1978) é, nesse sentido, de acordo com Dunning e Rugman (1995, p.28), um dos autores que mais contribuiu para a evolução dos estudos, uma vez que, com sua teoria do poder de mercado, alterou o foco dos estudos das questões das trocas internacionais (comércio e finanças) para as questões de produção industrial.

Em seu trabalho, Hymer (1978) analisou que as teorias existentes até então não eram suficientes para explicar a direção dos fluxos dos investimentos das empresas, pois não só as diferenças entre os países deveriam ser levadas em conta para explicar a internacionalização das empresas, mas também o desenvolvimento doméstico das firmas que iam realizar o investimento era um importante condicionante. A partir do diálogo com trabalho de Hymer (1978), contestando-o (como foi o caso da Escola de Uppsala) ou complementando-o (como no caso do Paradigma Eclético de Dunning), desenvolveu-se uma área de estudos de Negócios Internacionais (NI) que se fortificou com contribuições principalmente dos acadêmicos da Administração.

Nas Relações Internacionais, a internacionalização de empresas foi trazida aos estudos a partir dos debates sobre o papel da Empresa Multinacional (EMN) da década de 1970 adiante. Autores como Gilpin (2002; 2004) (que inclusive cita Hymer) e Chesnais (1996), dentre outros, buscaram analisar os efeitos que a existência das EMNs produziu para a organização das relações internacionais. A contribuição desses autores, como é característico dos teóricos de RI, deu-se a partir de uma abordagem mais macro, buscando-se compreender como a riqueza e o poder controlado pelas EMNs, bem como as relações que elas constroem com países de origem e hospedeiros, reflete-se na organização das relações internacionais. Abaixo prosseguiremos nosso trabalho inter-

pretando, especificamente, como os enfoques teóricos escolhidos – o realismo, o liberalismo e o marxismo – analisam a internacionalização de empresas como foco no IDE.

### 3 O IDE COMO ELEMENTO DE EXPANSÃO DO ESTADO: A VISÃO REALISTA

O realismo como teoria política remonta a antiguidade, passando por Tucídides, e ao renascimento, passando por Maquiavel e Hobbes. Em comum, nessas diferentes épocas, o realismo atribui para si a propriedade de apresentar a política como ela realmente é. Na análise específica das Relações Internacionais, o realismo aparece primeiramente no texto de Edward Hallett Carr, “Vinte anos de crise: 1919-1939”. No livro o autor faz uma análise dos 20 anos subsequentes à primeira guerra mundial e acusa as proposições idealistas de estarem levando o mundo a um conflito ainda maior.

Como teoria de Relações Internacionais, o realismo apareceu no trabalho de Hans Joachim Morgenthau, no pós-segunda guerra mundial. Diferentemente de Carr (2001), que fez uma análise de um período específico em seu texto, Morgenthau (2003), com o seu trabalho, “Política entre as nações”, desenvolveu um modelo teórico a partir do qual deveria ser analisada a política internacional.

Morgenthau (2003) afirma que o poder é o meio e o fim da ação de todos os Estados. Esse poder, para Morgenthau (2003), pode ser definido segundo recursos tangíveis, como território, população, recursos naturais e localização geográfica. A utilização dele depende da capacidade do Estado em conseguir converter e projetar de forma adequada seus recursos, sendo que é a capacidade de conversão e projeção que vai definir as possibilidades do Estado no sistema, uma vez que define o seu poder.

De acordo com essa perspectiva, o interesse dos Estados na política internacional é definido em termos de poder. A política externa dos países sempre busca aumentar o poder do Estado e utiliza/ se limita aos recursos de poder disponíveis. A ordem no sistema internacional é mantida a partir da estrutura de equilíbrio de poder<sup>4</sup> em uma situação em que nenhum ator está apto a ditar as regras que os outros Estados devem seguir (anarquia) e o Estado é o ator preponderante.

É importante perceber que a partir dessa visão as questões econômicas só ganham significados se colocadas dentro de uma ordem política dada, uma vez que a esfera política é preponderante. Morgenthau (2003) não trata no seu trabalho especificamente das questões relativas ao IDE e a atuação das empresas multinacionais (EMNs), mas pode-se inferir que tanto o papel que o IDE pode ter para as relações internacionais, como o próprio relacionamento entre governos e EMNs, está subordinada-

---

<sup>4</sup> Em uma análise sucinta do equilíbrio de poder, Pecequillo (2004, p. 123) afirma que ele ocorre quando as interações estatais são organizadas de forma que “a contenção e dissuasão mútuas prevaleçam sobre a lógica do jogo de soma zero.”

do aos interesses de poder do Estado, uma vez que o interesse nacional (sobrevivência) e a busca pelo poder são definidos por Morgenthau (2003) como sendo os elementos racionais que motivam a atuação dos Estados nas relações internacionais. Desse modo, o IDE pode ser interpretado como sendo um elemento através do qual o poder do Estado foi convertido e projetado na arena internacional a favor dos interesses do Estado de origem dos investimentos.

Na evolução da própria corrente teórica realista, é possível destacar mais contribuições para o entendimento do IDE. O realismo defendido por Morgenthau começou a sofrer sérias críticas quanto ao papel atribuído ao poder, a falta de devida atenção aos aspectos econômicos, entre outros pontos. Buscando reformular a teoria pode-se destacar o trabalho de Kenneth Waltz (1979). Waltz (1979) focaliza sua análise no sistema internacional (em vez do Estado), afirmando que a política internacional deve ser entendida dentro da estrutura do sistema onde se processam as relações entre os Estados. O autor afirma que a estrutura do sistema constri e limita a ação das unidades políticas e os resultados da política internacional.

Esse constrangimento se dá de duas formas: i) por meio da socialização dos atores, isto é, a interação entre as unidades políticas do sistema acaba por produzir normas e parâmetros de comportamentos comuns que limitam a ação dos Estados para dentro de certas fronteiras aceitáveis pelo sistema e; ii) por meio da competição, ou seja, como as firmas que agem no mercado, os Estados competem entre si buscando sua sobrevivência em uma situação de autoajuda, sem poder contar com ninguém. É a ação dessas unidades políticas independentes que forma a substância do sistema internacional, e é o sistema internacional que molda e forma a ação dessas unidades independentes.

A ordem internacional, então, nesse cenário, também é dada pelo equilíbrio de poder e o poder dos Estados é relativo, determinado pela sua posição e capacidades relativas dentro do sistema. Nessa visão o foco, como era em Morgenthau (2003), continua nas relações políticas. Refuta-se o papel protagonista para os assuntos econômicos e transnacionais, entende-se que a economia é um aspecto importante das relações internacionais, mas argumenta-se que ela é resultado da política. O que na verdade existiria não seriam relações econômicas internacionais e sim relações políticas internacionais, das quais a economia é apenas uma das facetas. Waltz (1979) admite a existência de atores não-estatais, como as EMNs, agindo no sistema internacional, mas considera que eles não são relevantes para o entendimento do sistema, uma vez que embora esses atores atuem no seu interior, eles não possuem força para modificar sua estrutura.

Desse modo, infere-se sobre o trabalho de Waltz (1979) considerações semelhantes as do trabalho de Morgenthau (2003). Entende-se que tanto o IDE, como

a atuação das EMNs devem ser compreendidos dentro das relações políticas internacionais, o IDE seria uma forma de projeção de poder, aceita pelas normas do sistema, assim permitido pelo posicionamento do Estado dentro da estrutura desse mesmo sistema. Pode-se dizer então que o IDE e de uma forma geral a internacionalização de empresas, tanto para Morgenthau (2003), como para Waltz (1979), são interpretados como sendo elementos da expansão do Estado nas relações internacionais.

Essa visão sobre o IDE como elemento de expansão do Estado é mais bem trabalhada com a evolução da área de Economia Política Internacional (EPI) dentro da teoria realista. Charles P. Kindleberger, no seu trabalho “The World in Depression”, afirma que a existência de uma potência hegemônica ajuda a criar estabilidade para o sistema internacional e, por consequência, traz maiores benefícios para os países que fazem parte desse sistema, uma vez que estes podem também contar com um ambiente mais estável. (KINDLEBERGER, 1979). Com essa visão do autor nascia a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), cujo mote era argumentar que o sistema internacional necessitava de um país hegemônico, disposto para arcar com as responsabilidades e com os custos da estabilidade, para que o sistema internacional se desenvolvesse.

Como afirma Sarfati (2006), autores como Krasner e Gilpin também desenvolveram uma visão com base na TEH, considerando, no entanto, que o país hegemônico cria uma ordem liberal em função dos próprios interesses. Nesse sentido, como pontuam alguns trabalhos de Gilpin (1987; 2002; 2004), o IDE é apresentado como resultado da expansão do Estado nas relações internacionais. Como afirma Gilpin (1987; 2004), foi com a expansão da ordem liberal, que o IDE norte-americano passou a alcançar as mais diversas partes do globo já a partir da década de 1950, sendo que a interpretação era de que o IDE repousava na própria hegemonia norte-americana e que as EMNs eram identificadas como a própria extensão dos EUA.

Como afirma Gilpin (1987), historicamente as EMNs norte-americanas são consideradas como elementos indissociáveis do poder econômico e político dos EUA, tendo sido utilizadas em vários episódios como instrumentos diplomáticos pelo governo norte-americano para compelir outros países a atenderem seus objetivos, sendo que, de uma forma geral, sempre se considerou que a expansão delas servia ao interesse nacional dos EUA.

A opinião de Gilpin (1999) sobre o IDE aproxima-se de uma posição que ele chama de mercantilista. O autor argumenta que frequentemente as relações econômicas internacionais são conflituosas, para um grupo ganhar, outro tem que perder. Não se pode aplicar em economia somente a ideia de ganhos absolutos, pois na economia existem efeitos distributivos que impactam na distribuição de emprego, indústrias e po-

der militar entre as nações. Para Gilpin (1999) economia é uma questão de distribuição e de ganhos relativos.

De modo parecido com Waltz (1979), Gilpin (1999) argumenta que é a política que determina a estrutura econômica e que a economia internacional não funciona por meio de uma mão invisível, pois todo sistema advém de uma ordem política particular. A partir dessa visão, é importante perceber que, do mesmo modo que para Morgenthau (2003) e Waltz (1979), para Gilpin (1999; 2002; 2004) as questões econômicas só possuem significado próprio se analisadas dentro do arcabouço das relações políticas entre os Estados. Embora Gilpin (1999) reconheça que certos atores não-estatais se tornaram semi-independentes nas relações internacionais, imputa-se que o papel desempenhado pelos atores não-estatais está diretamente ligado à configuração de poder entre os Estados, destacando-se ainda que a força do papel a ser desempenhado por esses atores depende da interação dos seus interesses com o interesse nacional. Desse modo, tanto a ação das EMNs como o IDE realizado por elas devem ser interpretados como ações subordinadas a política dos governos.

Desse modo, a partir da visão realista apresentada, dentro de um sistema internacional anárquico, marcado pela competição entre as unidades políticas, em que cada parte busca o poder para arcar com sua própria sobrevivência e melhorar seu posicionamento dentro do sistema, o IDE é interpretado como um elemento da expansão do poder do Estado, ao mesmo tempo em que ajuda o Estado a angariar mais poder. O IDE garante ao Estado aumentar sua base de recursos (naturais, tecnológicos, etc) e mercados, e como já mencionamos com base no trabalho de Gilpin (1987), muitas vezes as EMNs são utilizadas pelos Estados de origem para compelir os Estados hospedeiros a realizarem tarefas de interesse do país de origem da EMN. Por esta leitura, então, o IDE e de forma geral a internacionalização de empresas é interpretada como sendo resultada da expansão do Estado nas relações internacionais, em busca de mais poder e de atender de forma mais efetiva o seu interesse nacional. Portanto, a evolução histórica da internacionalização de empresas e, especificamente do IDE e das EMNs, a partir da visão realista, é confundida com a própria evolução das relações internacionais dos Estados.

#### **4 O IDE COMO ELEMENTO TRANSNACIONAL: A VISÃO LIBERAL**

A corrente liberal deita suas raízes na política em nomes como Locke, Montesquieu e Kant, e na economia em Smith<sup>5</sup>, tendo ainda em Angell (2002) grande inspiração. Como teoria mais bem acabada da área das Relações Internacionais no pós-

<sup>5</sup> Levando em conta essas influências, como afirma Pecequillo (2004, p.139), no liberalismo parte-se do pressuposto, no lado político, que os homens são “bons” e podem ser capazes de viver em harmonia, sendo as instituições encaradas como sendo a melhor forma de induzir o comportamento para a cooperação. Do lado econômico, o liberalismo parte do pressuposto de que a cooperação através do livre-comércio pode promover ganhos absolutos maiores que uma situação protecionista. Através de uma



segunda guerra, ressurgiu com mais força na década de 1970 com o trabalho de Joseph Nye e Robert Keohane: “Transnational Relations and World Politics”.

Como contraponto ao realismo, Keohane e Nye (1971) destacam a influência de atores não-estatais nas RI e a importância da economia e de uma série de outros assuntos da agenda como fatores que geram interdependência. Os autores, analisando o cenário pós-segunda guerra, constataram que o desenvolvimento de instituições internacionais e de diversos mecanismos de cooperação entre os Estados tinha tornado a resolução de conflitos por meio da via direta, da guerra, muito custosa. Embora considerassem que o ambiente internacional fosse caracterizado pela anarquia, os autores afirmavam que a existência de instituições internacionais dava algum grau de ordenamento ao sistema. Diferentemente das análises feitas pelos realistas, acreditava-se que o conflito não era o único resultado possível das relações internacionais entre os Estados, uma maior interdependência e transnacionalização das atividades econômicas, principalmente, teria feito com que a cooperação se transformasse no melhor caminho para dissolver as diferenças entre os países.

Keohane e Nye (2001) argumentam que a maior interdependência<sup>6</sup> causou impactos na sensibilidade e na vulnerabilidade dos países. A sensibilidade remete a capacidade dos Estados em serem afetados pelo internacional e a vulnerabilidade se refere à capacidade de resposta e de produção de soluções alternativas que um Estado pode ter. Esses dois fatores teriam se tornado essencialmente relevantes para fins de entendimento do poder de um Estado. Quanto maior a capacidade de um Estado de lidar positivamente com esses fatores, melhor a sua colocação em termos de poder.

Lembrando, de acordo com Nye (2002, p. 80), que o poder<sup>7</sup> está disperso em um jogo de xadrez tridimensional. O primeiro tabuleiro é representado pela força militar, o segundo pelo poder econômico e o terceiro pelas forças transnacionais, que escapam ao controle do Estado. Como argumenta Nye (2002), se é possível analisar os dois primeiros tabuleiros em termos de polaridade (no primeiro tabuleiro os EUA teriam poder unipolar e no segundo o poder seria dividido de forma multipolar, entre EUA, Europa, Japão e possivelmente a China), o terceiro tabuleiro, o representado pelas forças transnacionais, como bancos, empresas, igrejas, organizações não governamentais (ONGs), redes terroristas, etc, tem o poder distribuído de forma dispersa, no entanto, esse terceiro tabuleiro, mesmo fora do controle estatal, influencia significativamente as relações internacionais.

---

divisão internacional do trabalho todas as nações podem lucrar vendendo as mercadorias que produzem, o que leva a um bem estar geral maximizado.

<sup>6</sup> A interdependência é caracterizada pela situação de dependência mútua entre atores, pode ser simétrica quando há benefícios mútuos divididos de forma equitativa, ou assimétrica quando favorece mais um dos lados. Para mais consultar Keohane e Nye (2001).

<sup>7</sup> De acordo com Nye (2002, p.30) ter poder significa possuir a capacidade de obter os resultados desejados, atuando inclusive para modificar o comportamento dos outros. Pode ser “Hard Power”, quando se baseia em ativos mais tangíveis, ou “Soft Power” quando se baseia na força das ideias e do convencimento.

Como afirmam Nye e Keohane (1971), as relações transnacionais afetam as relações internacionais a partir de vários aspectos: provocam mudanças nas atitudes, pois o contato com outros povos propicia a modificação das percepções sobre eles (ex.: a compra de carros da Hyundai e da Toyota modificou a percepção sobre os sul-coreanos e japoneses); pode estimular um pluralismo internacional, uma vez que há um incentivo de novas atitudes e comportamentos (ex.: campanhas de ONGs como o Greenpeace e a WWF podem transformar o comportamento das pessoas); provoca um aumento da dependência e da interdependência entre os Estados a partir do adensamento de relações de comércio e comunicação, por exemplo; destaca-se que as relações transnacionais podem também ser utilizadas (induzidas ou manipuladas) por Estados para que os mesmos aumentem sua capacidade de influência (ex.: Brasil utiliza a ação da empresa multinacional Petrobrás em alguns países latino-americanos para tentar influenciar os governos); e propicia o surgimento de outros atores com graus de autonomia, que têm objetivo, agenda e “políticas externas” próprias (ex.: algumas ONGs, igrejas e empresas).

Essa influência das relações transnacionais nas relações internacionais, de acordo com Nye e Keohane (2001) ficou ainda mais clara e densa a partir do fim da guerra fria e com o adensamento da globalização. Nye e Keohane (2001) entendem que a globalização atual é resultada da intensificação do globalismo, que pode ser interpretado como sendo uma situação em que há maior fluxo internacional de capital, bens, pessoas, idéias, etc, e maior conexão entre redes (networks). Os autores destacam que o globalismo não é um fato novo na história, períodos como os das grandes navegações e o fim do século XIX, experimentaram o aumento do globalismo e, portanto, situações de globalização. No entanto, a globalização atual tem algumas características específicas, além do aumento da atividade transnacional, ela é definida por uma rápida velocidade institucional, que indica a rapidez com que os sistemas se modificam (ex.: rápidas e constantes modificações nos sistemas organizacionais de empresas), e por um aumento na espessura das redes. Cria-se a situação em que tudo se conecta em vários graus e pontos (ex.: negociações internacionais sobre meio ambiente podem ser atreladas ao desenvolvimento econômico dos países, que pode ser atrelado a questões sociais, que se atrela a direitos humanos, que envolvem uma série de atores sociais com posições distintas, etc.).

Dessa forma, levando em conta essa nova dinâmica das relações internacionais, como foi descrita pelos autores liberais citados, fazer uma análise do IDE e das empresas multinacionais passa por analisar como o transnacional afeta o Estado, mais especificamente como a ação das empresas multinacionais e a realização do IDE impactam no seu poder, qual a sensibilidade do Estado com relação às empresas multinacionais e ao IDE e que soluções alternativas o governo tem para lidar com eles (vulnerabilidade). Saber isto, logicamente, depende da análise de situações específicas.

O IDE e as EMNs podem tanto ser um elemento que fortalece o poder dos Estados, se ajudarem no ganho de força nos dois primeiros tabuleiros e convergirem seus interesses no terceiro tabuleiro, como um elemento que afeta negativamente o poder dos Estados.

O fato é que, para os liberais analisados, destaca-se que a economia e os assuntos financeiros e monetários emergem como um meio através do qual o poder também poderia ser exercido, sendo então que a análise de atores não-estatais, como as empresas multinacionais, é considerada relevante para entender as relações internacionais porque suas ações, principalmente em conjunto com uma série de outras atividades interconectadas por redes espessas (nas quais o próprio Estado ou uma de suas agências pode ser um ator), pode impactar no poder de um Estado.

É importante perceber que a partir da análise liberal as questões econômicas ganham um significado próprio como componente das relações internacionais dos Estados. O próprio poder dos Estados depende do seu desempenho econômico e do seu relacionamento com forças transnacionais. Desse modo, o IDE e a ação das EMNs também ganham significados próprios. A internacionalização de empresas e o IDE, especificamente, são apresentados então como um dos resultados da expansão das atividades transnacionais nas relações internacionais que vêm ganhando cada vez mais espaço com o aumento do globalismo, sobretudo ocupando novos papéis institucionais no contexto da globalização. Portanto, a evolução da internacionalização de empresas e especificamente do IDE e das EMNs, na visão liberal, relaciona-se com a própria evolução do globalismo, da interdependência e das atividades transnacionais como partes importantes das relações internacionais.

## 5 O IDE COMO ELEMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: A VISÃO MARXISTA

O marxismo como teoria política remonta aos escritos de Karl Marx, ainda no século XIX. A partir de ideias retiradas de suas obras clássicas diversos autores buscaram criar uma interpretação marxista das relações internacionais. Como afirmam Vigevani et al (2010) é preciso entender que o marxismo deve, antes de ser considerado uma teoria das Relações Internacionais, ser interpretado como uma teoria social, uma vez que originalmente Marx não teria se preocupado em compreender as relações internacionais nas mesmas bases das teorias realista e liberal. No entanto, mesmo a partir de bases diferentes é possível destacar importantes contribuições para o entendimento do papel da internacionalização de empresas e do IDE nas relações internacionais.

No marxismo, como afirma Halliday (1999), o modo como a economia (os meios de produção) é organizada é que determina como a sociedade deve funcionar<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Como afirma Halliday (1999) a interpretação marxista é sustentada por quatro pontos principais: a determinação material, que se refere à organização do sistema de produção; a determinação histórica, que se refere ao entendimento da história, de como as coisas

Os pontos centrais para a análise marxista das relações internacionais, como apresentam Vigevani et al (2010), estão na compreensão dos movimentos profundos da história, em uma reflexão que parte da ação estruturadora das relações de produção e do papel das classes sociais.

Dessa forma, a distribuição dos meios de produção entre as classes sociais possui um papel central. Nesse ponto, é importante perceber que os marxistas concebem a organização da sociedade capitalista a partir de duas classes sociais: a burguesia e o proletariado, sendo que a primeira é a detentora dos meios de produção e explora a segunda retirando-lhe a mais-valia referente ao trabalho realizado.

Como argumenta Mármora (1986), Marx refuta a noção tradicional de Estado como separado e independente da esfera privada da sociedade civil. Entre a burguesia e a nação, como afirma Mármora (1986, p. 10), Marx enxergava uma relação de causa e efeito unilateral, através da qual a burguesia gerava e criava a nação e o Estado Nacional. Precisamente:

Marx invirtió las relaciones, convirtiendo entonces a estado y nación em variables dependientes o simples reflejos de la sociedad civil (...) la vida *burguesa* y no la vida *política* es su vínculo real. No es, pues, el *estado* el que mantiene en cohesión los *átomos* de la sociedad burguesa (...) es el estado quien se halla mantenido em cohesión por la vida burguesa (MÁRMORA, 1986, p. 10).

A economia política, desse modo, para o marxismo tem uma importância central, uma vez que não é possível uma análise econômica divorciada da política e nem uma política separada da economia. No entanto, de acordo com Rosenberg (1994), a emergência de esferas institucionais distintas – o público e o privado e a política e a economia – é a principal assinatura da sociedade capitalista.

Rosenberg (1994) explica que enquanto nas sociedades pré-capitalistas o Estado era quem estava envolvido diretamente na extração da mais-valia, sendo a desigualdade política formal algo básico para a reprodução social, nas relações capitalistas de produção a extração da mais-valia não é feita pelo Estado e sim através de relações “não-políticas” baseadas na igualdade formal conferida pela suposta separação entre economia e política e Estado e mercado.

Como se pode depreender dos estudos de Rosenberg (1994), a sociedade capitalista foi fundada sobre uma noção de Estado, que pela disjunção institucional entre poder público, de responsabilidade do Estado, e poder privado, sob o domínio do mercado, contribuiu para a alienação do povo, uma vez que permitiu a existência da ideia de que o Estado estivesse acima das classes, quando na verdade servia a burguesia. O contrato de trabalho permitiu a organização das relações de troca com base na

---

foram criadas para que se possa mudar a realidade; a centralidade da luta de classes, que se refere a luta permanente entre as classes sociais que faz a história evoluir, e; a revolução, que é o destino natural para onde se encaminha a luta de classes.

igualdade legal permitindo que a extração da mais valia fosse reconstituída como uma atividade privada. O Estado assumiu o monopólio da jurisdição sob (supostas) bases impessoais e o mercado assumiu novos poderes sociais e funções centradas no processo de extração da mais-valia.

Como se pode entender a partir dos estudos de Rosenberg (1994), essa separação formal entre política e economia deve ser rejeitada. Embora essas esferas pareçam se relacionar apenas de forma externa, essa disjunção encobre a interdependência estrutural entre elas. Como Rosenberg (1994) aponta, passou a ser possível explorar a produção do trabalho na jurisdição de outros países porque a extração da mais-valia passou a ser organizada por contratos “não-políticos”. No entanto, só se pode entender verdadeiramente o sistema geopolítico e a estrutura de domínio dos Estados iluminando-se a interdependência entre economia e política, público e privado e Estado e mercado. Percebe-se que a reprodução do capitalismo no mundo depende dessa interdependência estrutural e de sua aparência e falseamento como se fossem separadas.

Seguindo essa lógica marxista, então, a política dos Estados responde aos interesses do capital, sendo estes interesses motivados pelo desejo de lucro. A ação dos Estados nas relações internacionais e sua política externa são, então, interpretadas como resultado da estratégia burguesa de expansão do capital pelo globo. A internacionalização de empresas e o IDE podem ser considerados meios pelos quais o capital é reproduzido além das fronteiras, eles servem as estratégias burguesas de acumulação e internacionalização do capital.

Lênin, no seu trabalho “O imperialismo fase final do capitalismo”, no século XX avança um pouco nos estudos do marxismo e apresenta o imperialismo como o estágio final do capitalismo. Na busca de novos espaços para a reprodução do capital, os países capitalistas se tornariam imperialistas e passariam a competirem entre si de forma conflituosa pela divisão de regiões do globo, o que acabaria por quebrar a integridade do sistema capitalista e conduziria a guerra. Interpretando-se a partir dos estudos de Lênin, percebe-se que a internacionalização de empresas e o IDE podem ser considerados uma fonte de conflito entre os Estados.

Isso deve ao fato de, como Gilpin (1999) afirma, os marxistas (de forma parecida com os realistas) enxergarem a economia internacional interdependente como um sistema hierárquico criado para que os mais fortes, no caso os países capitalistas avançados, obtenham lucro.

Na vertente marxista proveniente da Teoria da Dependência, desenvolvida na América Latina, esse tipo de interpretação, que opõe países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ricos e pobres, norte e sul, núcleo e periferia, fica mais clara. A partir da extensão das análises de classe para a economia internacional, procura-se estudar os

mecanismos de exploração do centro sobre a periferia e as estratégias através das quais se poderia estimular o desenvolvimento autônomo dos países.

Na evolução da corrente marxista, destaca-se ainda o trabalho de François Chesnais (1996; 1999). O autor, tratando de um contexto mais atual, chama de mundialização do capital a fase pela qual estaria passando a internacionalização do capital, sendo que o IDE e as EMNs aparecem como agentes relevantes dessa mundialização.

Chesnais (1996) argumenta que com a abertura dos oligopólios nacionais, no contexto de liberalização e desregulamentação das economias nacionais no fim do século XX, e a formação de oligopólios globais, caracterizados pela dispersão da demanda e concentração da oferta nos países da tríade (Europa, EUA e Japão), as EMNs, através da mobilidade geográfica que possuem e com suas políticas de revalorização do seu capital produtivo, passaram a explorar recursos em várias regiões do mundo e a ter o poder de determinar as especializações econômicas dos países. Sendo que através da influência dessas empresas nos governos, regras e organismos internacionais foram e têm sido criados objetivando desenhar um cenário cada vez mais favorável para a mundialização do capital. Para Chesnais (1996) a internacionalização de empresas, especificamente o IDE, são utilizados pelas EMNs como forma de internacionalizar o capital e permitir sua reprodução por todos os espaços do globo.

Desse modo, a partir das visões marxistas apresentadas percebe-se que o foco de análise é nas questões de economia política, especificamente, no modo como a propriedade sobre os meios de produção afeta a organização da sociedade e das relações internacionais. Para os marxistas a burguesia, classe dominante detentora dos meios de produção, domina a estrutura política e social dos países e utiliza o Estado, construto que legitima sua dominação e a alienação do povo, para defender seus interesses nas relações internacionais. Interessados na busca do lucro por meio de estratégias de acumulação, reprodução e internacionalização do capital, a burguesia imprime no Estado políticas externas expansionistas em defesa dos seus interesses.

Nesse contexto, através da ação das EMNs a internacionalização de empresas e o IDE têm um papel essencial, sendo os meios através dos quais o capital pode ocupar novos espaços de acumulação e se internacionalizar. Dessa forma, a partir da visão marxista, tanto a internacionalização de empresas, como o IDE são interpretados como sendo elementos da internacionalização do capital. Sendo que a evolução histórica da internacionalização de empresas, com foco no IDE e no desenvolvimento das EMNs se confunde com a própria expansão do capitalismo pelo mundo e sua difusão nos mais diversos locais.

## 6 CONCLUSÃO

Pelas abordagens teóricas que trabalhamos é possível perceber visões distintas, que têm como pano de fundo a questão da preponderância entre público e privado e economia e política. Como se pode ver no quadro 1, enquanto no realismo a internacionalização de empresas e o IDE servem a expansão do poder do Estado nas RI, no liberalismo é entendido como um elemento próprio de caráter transnacional e no marxismo serve a burguesia e seus interesses de acumulação e reprodução do capital.

Quadro 1 – As teorias das Relações Internacionais e o IDE

| Abordagem | Relação entre economia e política  | Papel do IDE   |
|-----------|--|--|
| Realista  | Relações econômicas devem ser entendidas dentro do arcabouço das relações entre os Estados. O lado político determina os interesses dos Estados nas RI.  | O IDE é considerado um elemento do poder do Estado nas RI. Seu desenvolvimento está relacionado à própria evolução da posição do Estado nas RI.  |
| Liberal   | Relações econômicas devem ser entendidas dentro do ambiente interdependente e transnacional que caracteriza as RI.   | O IDE é considerado um elemento transnacional. Seu desenvolvimento está relacionado com o aumento do globalismo, da interdependência e das relações transnacionais nas RI. Dependendo da forma como interage com os Estados nas diversas esferas de poder pode ser negativo ou positivo. |
| Marxista  | Indivisibilidade entre economia e política, sendo que o modo como as relações de produção são estruturadas é que determina a estrutura política e social dos países e o interesse expresso pelos Estados nas RI. | O IDE é considerado um elemento da internacionalização do capital. Seu desenvolvimento está relacionado aos interesses da burguesia e com a expansão do capitalismo pelo globo em busca de novos espaços para a acumulação e reprodução do capital.                                      |

Fonte: Elaboração própria com base em revisão bibliográfica

É preciso mencionar que neste trabalho a nossa apresentação do realismo, do liberalismo e do marxismo seu deu através da citação de trabalhos de autores considerados como filiados a essas correntes de pensamento. Como bem apontam Messari e Nogueira (2005), no entanto, o mais correto seria dizer realismos, liberalismos e marxismos, *no plural*, uma vez que muitas vezes surgem opiniões distintas dentro de uma mesma corrente de pensamento. Desse modo, precisamos advertir que o “todo coerente e coeso” que as teorias formaram aqui foi possível porque enfatizamos os pontos comuns entre os diferentes autores e concatenamos os seus pensamentos de modo a parecerem coerentes. Certamente que críticas podem ser feitas ao método escolhido (que ao editar os autores deixou-se às vezes de citar pontos relevantes dos seus trabalhos) e também aos próprios autores escolhidos que, embora consideremos que eles sejam relevantes dentro de cada corrente, propriamente poderiam ter sido outros.

Enfatiza-se também que, como se pode perceber pelo desenvolvimento do trabalho, a análise da internacionalização de empresas e do IDE acabou ficando presa a análise de como esses fatores poderiam contribuir para o Estado ou afetar o seu comportamento. Percebe-se que sendo as Relações Internacionais uma disciplina primeiramente desenvolvida para pensar as relações entre os Estados, mesmo que esse objeto tenha se alargado com o tempo, ainda é difícil tratar de algum assunto (e pensar modos diferentes para tratar o assunto) que não seja a partir da sua interface com o Estado, de modo que analisar o IDE apenas por meio das teorias de RI acaba por limitar o seu entendimento. A contribuição que as teorias das RI (pelo menos as que tratamos neste trabalho) podem, então, oferecer para o estudo da internacionalização de empresas e do IDE se refere mais ao modo como, em um plano mais macro e geral, esses fatores poderiam afetar o comportamento dos Estados e serem utilizados por eles como instrumento nas relações internacionais.

Colocando em perspectiva as contribuições das teorias das RI com as contribuições da área de Negócios Internacionais, citadas brevemente na introdução e na seção 2 deste trabalho, é evidente que ambas se preocupam com aspectos diferentes da internacionalização de empresas. As primeiras buscam analisar o tema a partir de uma perspectiva macro, enquanto as segundas olham para o lado microeconômico (motivações para a internacionalização e aspectos organizacionais empresariais que a condiciona).

Falta-se ainda, então, para analisar a internacionalização de empresas uma perspectiva que poderíamos chamar de meso-econômica, uma vez que entre as motivações básicas das empresas para se internacionalizarem e as explicações macro das teorias de RI existe um amplo espaço de análise. Perguntas como, por exemplo, quais seriam as peculiaridades das relações de um Estado ou governo com as empresas multinacionais, ficam difíceis de serem respondidas sem que exista uma intersecção entre o macro e o micro. Sente-se falta de uma análise que busque sair da generalidade sem cair no demasiado específico.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSSON, U.; JOHANSON, J. International business enterprise. In: BJORKMAN; FORSGREN (Eds.). **The nature of the international firm**: Nordic contributions to international business research. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 1997.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise**: 1919 – 1939. Brasília, Editora. Universidade de Brasília, 2001



- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.v1
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. et al. (Coord). **A mundialização financeira, gênese custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1999.
- DUNNING, J. H. **Explaining international production.** London: Unwin Hyman, 1988.
- \_\_\_\_\_. Reappraising the eclectic paradigm in the age of alliance capitalism. **Journal of International Business Studies**, v.26, p. 461- 491, 1995.
- \_\_\_\_\_. **The globalization of business.** Londres: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_; RUGMAN, A.M. The influence of Hymer's dissertation on the theory of foreign direct investment. **American Economic Review**. Nashville, v. 75, n.1, p. 228-233, 1985.
- DUNNING, J.H.; KIM, C.; PARK,D. Old wine in new bottles: a comparison of emerging market TNCs today and developed country TNCs thirty years ago . In: SAUVANT, P. (org.). **The rise of transnational corporations from emerging markets: threat or opportunity?** EUA: EE, 2008.
- ERNST, D.; OZAWA, T. National sovereign economy, global market economy, and transnational corporate economy. In: **Journal of economics issues**. 36 (2) June, 2002.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. **The political economy of international relations.** Princeton University Press: Princeton, 1987.
- \_\_\_\_\_. The ideologies of political economy. In: LITTLE; R.; SMITH, M. Perspectives of world politics. Londres; Routledge, 1999.
- GUEDES, A.L. **Negócios Internacionais.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- HALLIDAY, F. **Repensando As Relações Internacionais.** Porto Alegre: Editora Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 1999.
- HYMER, S. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing market commitment. **Journal of International Business Studies**, v. 8, p. 23-32, Spring/ Summer, 1977.
- JOHANSON, J.; MATTSSON, L. Internationalization in industrial systems: a network approach. In: HOOD, H.; VAHLNE, J. (Eds.).**Strategies in foreign competition.** London: Croom Helm, 1988.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. Management of foreign market entry. **Scandinavian International Business Review**, v. 1, n. 3, p. 9-27, 1992.
- KINDLEBERGER, C. P. **The world in depression 1929- 1939.** University of California Press: Los Angeles: 1979.

KATZENSTEIN, P; KEOHANE, R.O; KRASNER, S.D. International organization and the study of world politics. In: **International Organization**, Vol. 52, No. 4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics (Autumn, 1998), pp. 645-685.

LABINI, S.,P: **Oligopólio e progresso técnico**. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1984.

MÁRMORA, L. **El concepto socialista de nación**. Ediciones Pasado y Presente: México, 1986.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NYE; J. S. Jr. O paradoxo do poder americano. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_; **KEOHANE, R.O**. Transnational Relations and World Politics. In: **International Organization**, Vol. 25, No. 3, (Summer, **1971**), 329-349.

\_\_\_\_\_. **Power and Interdependence**. Boston: Little, Brown, 2001.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**-temas, atores e visões. 4a. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2004.

PREBISCH, R. **A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano**. Fundo de Cultura: 1964.

ROSENBERG, J. **The empire of civil society. A critique of the realist theory of international relations**. Verso: London, 1994.

SARFATI, G. **O terceiro xadrez**: como as empresas multinacionais negociam nas relações econômicas internacionais, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de pós- graduação em Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2006.

VIGEVANI, T. et al. **A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais**. 2010. Disponível em < [http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/11\\_7\\_2010\\_23\\_51\\_5.pdf](http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/11_7_2010_23_51_5.pdf)> Acesso em 19 set 2011.

WALTZ, K. N. Theory of International Politics. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979.

WILLIANSOM, O. E. **Markets and Hierarchies**: Analysis and Antitrust Implications. Free Press, New York, NY, 1975.